

# ETHOS DISCURSIVO E GÊNERO SOCIAL: OS DESENVOLVIMENTOS CRÍTICOS DE UM APARATO CONCEITUAL-METODOLÓGICO

---

*Discursive Ethos and Gender:  
Critical Developments of a Conceptual Methodological Apparatus*

DOI: 10.14393/LL63-v40-2024-22

Marcos da Silva Cruz\*

---

**RESUMO:** Em recente publicação, Dominique Maingueneau (2020) delimitou a incompatibilidade entre os estudos em *ethos* discursivo e questões de gênero, afirmando que estas devem estar atreladas ao campo disciplinar da Análise da Conversação. A partir do estranhamento, descrevo os modos de articulação conceitual-metodológica das imagens de si no discurso e os agenciamentos de subjetividades generificadas a partir de um corpus composto por seis artigos científicos recolhidos de três dossiês temáticos publicados entre 2018 e 2022. Mediante os textos de Maingueneau sobre *ethos* (1993, 2008a, 2008b, 2018, 2020) e as contribuições de Butler (2019) e Preciado (2014) como mirante analítico, concluo que as relações entre *ethos* discursivo e estudos de gênero caminham em direção a elucidação dos mecanismos discursivos que comprimem e reinventam as imagens de si generificadas, ao mesmo tempo que poderiam ser aprofundadas com rearranjos às situacionalidades das questões de gênero.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ethos discursivo. Gênero social. Desenvolvimentos críticos.

**ABSTRACT:** In a recent publication, Dominique Maingueneau (2020) outlined the incompatibility between studies on discursive ethos and gender issues, stating that these should be linked to the disciplinary field of Conversation Analysis. Through a sense of estrangement, I describe the modes of conceptual and methodological articulation of self-images in discourse and the agencements of gendered subjectivities based on a corpus consisting of six scientific articles collected from three thematic dossiers published between 2018 and 2022. Drawing on Maingueneau's works on ethos (1993, 2008a, 2008b, 2018, 2020) and the contributions of Butler (2019) and Preciado (2014) as an analytical standpoint, I conclude that the relationships between discursive ethos and gender studies move towards elucidating the discursive mechanisms that compress and reinvent gendered self-images, while simultaneously suggesting potential deepening through rearrangements in the situationalities of gender issues.

**KEYWORDS:** Discursive ethos. Gender. Critical developments.

---

---

\* Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará. ORCID: 0000-0003-2697-4236. E-mail: marcoscruz.digital(AT)gmail.com.

## 1 Preâmbulo

Este artigo objetiva analisar os modos de articulação conceitual-metodológico da noção de *ethos*<sup>1</sup> com as questões sobre gênero social, mitigado pelo estranhamento acerca das delimitações epistemológicas e disciplinares levantadas por Maingueneau (2020). Em termos metodológicos, cotejamos as interpretações sobre gênero materializadas nos investimentos analíticos publicados em artigos científicos de três dossiês dedicados ao conceito de *ethos* discursivo. Para isso, procedemos a análise de textos que toquem, direta ou indiretamente, questões de representação de identidade de gênero. Como corpus, selecionamos seis artigos, publicados em três dossiês temáticos nos anos de 2018, 2019 e 2022, nas revistas “Letras de Hoje”, “Cadernos de Estudos Linguísticos” e “Re-Unir”.

Estruturalmente, apresentamos, primeiramente, o contexto de problematização da relação entre gênero social e a noção de *ethos*. Em um segundo momento, discorremos sobre o aparato epistemológico sobre sujeito e subjetividade no campo das teorias de gênero e do conceito de *ethos* discursivo. Em seguida, analisamos os mecanismos de tratamento conceitual-metodológico nos artigos selecionados. Encerramos a discussão com a pontuação das regularidades entre os artigos e as potencialidades de aproximação entre a noção de *ethos* e as investigações sobre subjetividades generificadas.

De antemão, é importante destacar o que propomos como “desenvolvimentos críticos”. Em uma postura antimonalítica, de canonização de conceitos aos espaços e colocações do autor que o cunha primeiramente, consideramos que, para abranger o maior número de análises sobre os fenômenos de linguagem, os conceitos precisam florescer em espaços e *corpora* outros de pesquisa. Esse florescimento (ou desenvolvimento) implica, consequentemente, o reconhecimento da extensão, da profundidade e dos limites de um mirante teórico, contribuindo para ajustes, adequações e reconfigurações no trajeto conceitual e metodológico do quadro inicial e dos estudos que o mobilizam. Logo, a ideia de desenvolvimento crítico em nada desmerece ou desqualifica os postulados, mas tensiona as relações entre os escritos, as leituras por parte de pesquisadores e o funcionamento de *corpora* variados.

---

<sup>1</sup> Em todas as ocorrências do termo, o leitor deve estar ciente que a dimensão discursiva está implicada.

## 2 Ethos discursivo: um problema em torno das delimitações

A noção de *ethos* discursivo apresenta uma historicidade que pode ser datada, no âmbito dos estudos discursivos, no texto *Genèses du discours* (em português, "Gênese dos discursos"), publicado em 1984 (2008a)<sup>2</sup>. Na ocasião, ainda sem o significante utilizado hoje, mas tendo apresentado a conotação que conhecemos, Dominique Maingueneau enfatizava o papel do tom e da voz que um enunciador apresentava em determinadas situações comunicativas a fim de projetar para os interlocutores uma imagem de credibilidade. Em 1987 (1993), Maingueneau caracteriza nominalmente esse processo de elaboração da imagem de um enunciador no discurso como *ethos*. A partir de então, o linguista produz um conjunto de textos (artigos, capítulos de livros e livros) voltados para o cotejamento dos mecanismos enunciativo-discursivos que sustentam as imagens dos interlocutores nas práticas discursivas.

Com o passar dos anos, o aparato conceitual-metodológico sobre a noção de *ethos* desenvolveu-se a partir da análise de diferentes *corpora*, os quais percorrem desde os campos mais institucionais da comunicação humana (como a publicidade) até os espaços de interação digitais (*sites* de relacionamento). Contudo, em uma publicação recente, Maingueneau (2020), ao realizar uma retrospectiva sobre o conceito, faz uma circunscrição epistemológica, disciplinar e metodológica sobre a noção, recortando os limites de incidência em determinadas práticas sociais. Nos termos de Maingueneau,

... as interações da vida cotidiana que não são publicamente expostas em espetáculo, interessam especificamente à análise conversacional e remotamente à análise do discurso. O cuidado com a preservação das 'faces', na perspectiva de Goffman, assume aqui o primeiro plano. Os participantes não desempenham um papel fixado por um gênero de discurso e se referem então, sobretudo, às normas que prevalecem na comunidade à qual eles pertencem, ou à qual buscam se integrar. No decorrer da troca, cada um dos interlocutores, apoiando-se nas reações do(s) outro(s) locutore(s), avalia o ethos de seu(s) interlocutor(es) e reage em função das circunstâncias. Diversos fatores intervêm aqui: especialmente o grupo social, a idade, o sexo dele(s). Existe, por exemplo, um grande número de pesquisas no campo dos 'estudos de gênero' que mobilizam, explicitamente ou não, a questão do ethos. Particularmente quando se trata de comparar a maneira com que se comportam os homens e mulheres em suas conversas (Maingueneau, 2020, p. 29).

Para o autor, o critério distintivo sobre o tipo de material reside nos campos discursivos da vida pública e da vida privada. De acordo com seu argumento, haveria um conjunto de

---

<sup>2</sup> Para fins didáticos de exposição da cronologia dos textos de Maingueneau, fazemos referência ao ano de publicação do texto em francês e indico, entre parênteses, o ano da obra consultada em língua portuguesa.

práticas sociais que não adquirem evidência nas atividades públicas, ficando restritas aos espaços íntimos, como o caso de uma conversa entre um casal de namorados. Embora concorde que há atividades de interação mais particulares, interpreto que a colocação de Maingueneau não leva em consideração o movimento de publicização da intimidade nas redes sociais ou a exposição e a exploração do corpo em aplicativos de relacionamento, o que é evidenciado por um conjunto de pesquisas (Cruz, 2022, 2023) que mobilizam o conceito de *ethos*. Com efeito, Maingueneau sugere que as questões de gênero deveriam estar endereçadas aos planos investigativos da Análise da Conversação (doravante, AC).

O quadro conceitual-metodológico proposto por Dominique Maingueneau, portanto, não visualiza as questões de gênero como constituintes de situações comunicativas e o processo de subjetivação pertinente para a noção de *ethos* discursivo. Por conseguinte, os modos de composição dos lugares enunciativos de homens e mulheres por meio dos diferentes marcadores sociais da diferença (raça, classe, idade etc.) deveriam ser direcionado à AC. Todavia, não podemos restringir o grau de sobrevivência de um conceito aos investimentos analíticos do autor que cunhou a terminologia no momento de sua “paternidade”. No âmbito dos estudos discursivos, o conceito de *ethos* foi e é mobilizado por autores brasileiros para tratar das representações das relações de gênero, cotejando materiais iconotextuais e situações variadas de interação.

A ampliação dos usos do conceito em materiais iconotextuais em direção às questões de diversidade de gênero fora percebida por Amossy (2016) como uma etapa suplementar, de desdobramento do conceito. Conforme a autora:

Partindo da constatação de que a natureza do eu e de suas representações na linguagem foram radicalmente questionadas pelas teorias oriundas da psicanálise, do pensamento marxistas ou da desconstrução, esses trabalhos se propõem a redefinir o *ethos* e os desafios impostos pelas perspectivas pós-modernistas. Sua reflexão está ligada a um questionamento das noções de sujeito, de ideologia, de escritura e valoriza o objetivo de eficácia da retórica: trata-se de ver como pode se instaurar um *ethos* discursivo que contribua para constituir uma fala de mulher ou, ainda, a de um 'subalterno' (segundo o termo de Spivak *Can the Subaltern Speak*, 1988). A construção de um *ethos* discursivo é, assim, privilegiada, uma vez que é indissociável de um posicionamento político. Os adeptos dos *Cultural Studies* situam uma noção tomada da retórica antiga no centro dos problemas do gênero (*gender*) e da etnicidade, dos quais se nutrem atualmente os estudos culturais e literários na América do Norte (Amossy, 2016, p. 23).

Amossy (2016) reconhece que os empreendimentos analíticos de teorias da psicanálise, do pensamento marxista e de epistemologias desestrutivistas promoveram a revisão sobre o entendimento da noção de sujeito e dos lugares sociais ocupados por eles. Há, segundo a autora, uma indissociabilidade entre as imagens de si (generificadas<sup>3</sup>) e os posicionamentos políticos, o que nos conduz ao entendimento de que as categorizações de imagens de si são efeito de uma agenda política. Essa, por sua vez, incrusta nos enunciados sobre o corpo e na materialidade corporal, pistas do cumprimento ou não dos valores estipulados como constituintes da imagem projetada para os sujeitos.

Se as subjetividades dos sujeitos apresentam uma sustentação política, esta é concretizada por enunciados caracterizadores dos sujeitos em sua diversidade. Mulheres, homens, heterossexuais, homossexuais, travestis, transsexuais, entre outros, são atravessados por um conjunto de expectativas sociais, as quais precisam (até certo ponto) serem incorporadas em seus comportamentos e em suas aparências. Contudo, sabemos que o caráter disruptivo dessas normas também é paradigmático, evidenciando a natureza de agência e de resistência dos sujeitos. De todo modo, o que está em jogo são as condições enunciativas que limitam, histórica e culturalmente, os dizeres (oral, verbal, verbo-visual e corporal), condicionando as possibilidades de inteligibilidade dos indivíduos como sujeitos.

### **3 Sujeitos e subjetividades em teorias de gênero e em ethos discursivo**

Por conta da natureza questionante sobre um quadro conceitual com relativa estabilidade na história da Análise do Discurso (doravante, AD), é preciso explicitar as relações que amparam as problematizações levantadas neste estudo. Assim, o objetivo desta seção é estabelecer algumas aproximações entre as teorias de gênero e os gestos analíticos de base linguístico-discursivo. Para isso, elegemos, como recursos de entrada, as noções de sujeito e de subjetividade, os quais se apresentam como regulares nos textos de ambos os planos

<sup>3</sup> A partir de Amossy (2016), entendemos que as imagens de si generificadas representam os efeitos de sentido projetados pelos sujeitos ao recuperarem determinados marcadores linguísticos que os enquadre na subjetividade masculina ou feminina. Do ponto de vista dos estudos de performatividade de gênero, Butler (2019) explica que, mediante a retomada de formas de falar, vestir, andar etc., projetamos indícios de um lugar discursivo que somos designados a ocupar na sociedade. Logo, uma imagem de si generificada está associada ao agenciamento dos enunciados, por meio de textos diversos, que indiciam o enquadramento das subjetividades dos sujeitos em classificações como homem ou mulher.

epistemológicos-disciplinares (teorias de gênero e AD). Com isso, apresento uma leitura abrangente sobre a natureza e os propósitos do que chamo de “campo de teorias de gênero”<sup>4</sup>, acompanhada de uma averiguação dos modos de observação dos conceitos de entrada no quadro conceitual da noção de *ethos*.

O campo das teorias de gênero, por sua vez, pode ser sintetizado como um dispositivo epistemológico-disciplinar multidirecional. Este apresenta a prática de questionamento acerca da natureza ontológica sobre os sujeitos por meio de mecanismos discursivos como um traço principal de sua atuação acadêmica e social. Isso significa que, para as teorias de gênero, o primeiro movimento analítico diz respeito ao estranhamento dos discursos (aqui entendidos como pronunciamentos orais, escritos e verbo-visuais) que defendem um Discurso (posicionamento) de naturalização de determinados perfis de subjetividade, como são os casos de homem/mulher, hetero/homossexual, branco/negro, entre outros, em que sempre o primeiro elemento dos pares é valorizado, naturalizado, e o segundo torna-se uma instância abjeta, projetada não condizente com o funcionamento do mundo social (Louro, 2001; Borba, 2014).

Da diversidade de pares de subjetividade construída, importa-nos averiguar como a noção de sujeito generificado (homem/mulher) é construída em bases binárias. Judith Butler (2019) propõe o conceito de performatividade de gênero para designar o processo social, cultural e de linguagem a partir do qual as subjetividades são efeitos de construções históricas, em que elementos simbólicos (roupas, acessórios, as formas de comportamento humano, entre outros) são associados como inerentes a determinados tipos de subjetividade. Por conseguinte, esses valores são impelidos a reprodução contínua nas práticas sociais, como um exercício de afirmação da naturalidade. Assim, emergem elementos categóricos de indexação do corpo feminino e do corpo masculino, como vestimentas, cores, gestos, modos de falar, em uma lista constantemente atualizada.

<sup>4</sup> Para tentar definir o que viria a ser o epíteto “campo de teorias de gênero”, é preciso sinalizar uma insuficiência inicial de delimitação de um espaço específico, um mirante teórico-analítico singular. Essa insuficiência materializa-se pelo número de autores, de textos e de orientações que debatem as questões de gênero e sexualidade, incorporadas em espaços disciplinares (Psicologia, Sociologia, Antropologia, para citar alguns) e em orientações político-epistêmicas (teoria queer, teoria kuir, teoria cu, teoria transviada etc.), uma diversidade produtiva para as situacionalidades em que as subjetividades são postas em relações acirradas de poder.

Como um mecanismo de poder e saber sobre os sujeitos (Foucault, 1988), esses perfis generificados sustentam-se por uma matriz de inteligibilidade de gênero, que condiciona e garante estatutos diferentes para os corpos. Nesse sentido, ao nascer, a captura do sexo, por meio da genitália, desponta a categorização do corpo como masculino ou feminino, impelindo uma série de cobranças em torno de performances que, culturalmente, ratifiquem os corpos como pertencentes a essas categorizações. Se cumpridos, os corpos são naturalizados, inscritos no âmbito da normalidade, reconhecidos como cidadãos e possibilitados de acesso aos direitos básicos. Como indicado por Louro (2001), se os corpos, contudo, descumprem alguma determinação prevista, correm o risco de serem tangenciados, marginalizados, taxados como abjetos.

A matriz de inteligibilidade de gênero traduz-se como um mecanismo primordialmente discursivo que organiza o conjunto de práticas sociais a partir das quais as comunidades socioculturais se estruturam e avaliam a efetividade do estatuto de sujeito a cada um dos corpos que as integram. Esse conjunto de práticas dialoga com a historicidade dos sentidos e das práticas discursivas, entre a repetição e a atualidade, no momento decisivo de cumprimento, descumprimento ou rearranjo das premissas a partir das quais as subjetividades são determinadas.

A particularidade desses lugares de ratificação ou de reelaboração das figurações de gênero também foi investigada por Preciado (2022). Segundo o autor, as sexualidades, assim como as identidades de gênero, são sistemas complexos que, em práticas de linguagem, organizam formas de vida múltiplas. Nos termos do autor,

As sexualidades são como as línguas: sistemas complexos de comunicação e reprodução da vida, constructos históricos com genealogias e inscrições bioculturais em comum. E, tal como as línguas, podem ser aprendidas. É possível falar várias línguas. Como ocorre muitas vezes no monolingüismo, é nos imposta na infância uma sexualidade, que assume o caráter de um desejo naturalizado. Somos formados no monolingüismo sexual. Ele é a língua que não conseguimos perceber como artefato social, que entendemos sem conseguir ouvir plenamente sua pronúncia e musicalidade. Ingressamos nessa sexualidade por meio das ações médicas e legais de atribuição de gênero, por meio da educação e do castigo, da leitura e da escrita, do consumo, imitação e repetição de imagens, da dor e do prazer (Preciado, 2022, p. 17).

Assim como Butler, o filósofo espanhol concorda que os lugares generificados a partir dos quais as sociedades elaboram os posicionamentos sociais não são construções naturais e anteriores ao próprio exercício do lugar projetado. Em sua comparação entre sistema de

gênero e sistema linguístico, o autor descontina o funcionamento da linguagem como uma importante dimensão na consolidação de um projeto de monolingüismo sexual, em que determinadas formas de inscrição bioculturais tornam-se comuns, naturalizadas e de pouco estranhamento, enquanto outras são colocadas, dentro de aparatos institucionais, como anormais, ilegais e não condizentes com a realidade social, como indicou, também, Foucault (1988).

Esse monolingüismo sexual e de gênero aproxima-se da ideia de matriz de inteligibilidade de gênero, mas avança na leitura discursiva da construção dos lugares sociais ao evidenciar o papel da aprendizagem como uma prática discursiva. Nos termos do autor, assim como a língua é aprendida, as identidades de gênero e de sexualidade também são. Mais do que isso, se a língua é viva o suficiente para se transformar, construir outras possibilidades de ser, as identidades também são capazes de reelaborar condições de emergência e de resistência. De fato, essa possibilidade de emergência de outros futuros não se desenvolve de forma apaziguada, é atravessada pela fricção constante dos posicionamentos de defesa e de condenação das formas de ser e estar de determinados sujeitos em sociedade.

Embora pouco enfatizada nas pesquisas que tomam conceito de *ethos* como norteador, a noção de prática discursiva se faz presente por meio da condição de incorporação dos sujeitos em práticas de linguagem. Assim, para entendermos de que maneira a noção de *ethos* dialoga com a noção de sujeito generificado, é preciso delinear as condições a partir das quais os corpos adquirem o estatuto de sujeito por meio da mobilização dos elementos de linguagem em situações comunicativas. Não falaremos, portanto, em uma leitura de sujeito como um conceito representativo de uma entidade autônoma em sua completude, mas de uma dimensão mediada pelas possibilidades de inscrição histórica de sentidos sobre os lugares ocupados em sociedade.

De acordo com Borba (2014), a noção de sujeito do Iluminismo deve ser abolida das investigações das teorias *queer*. Nas palavras do autor:

Um dos esquemas de reconhecimento ferrenhamente contestado pelas teorias queer é o modelo expressivo da identidade tributário do Iluminismo e da Filosofia cartesiana e constantemente reatualizado pela medicina, pelo direito, pela religião, pela filosofia, pela sociolinguística quantitativa, pela sociologia das “minorias” etc. Nesse modelo, acredita-se que tudo que um sujeito faz (sua moral, sua ética, sua estética corporal, seus gostos, seus desejos, suas ambições, seus modos de falar, de olhar, de andar, de sonhar, de amar...) é expressão de um “eu” autônomo, de uma essência que a priori

molda o sujeito e suas ações e serve de centro organizador de sua subjetividade – cogito ergo sum! Aqui, a identidade é o reflexo dessa essência que, em primeira instância, é tautologicamente moldada pela biologia: sexo gera gênero que gera desejos, preferências e ações (Borba, 2014, p. 447).

Forja-se, nas análises de base iluminista, a possibilidade irrestrita do sujeito elaborar sua identidade como, quando e da maneira que quiser. Na verdade, as ordens discursivas circunscrevem os limites do que pode ser significado, i.e., das denotações das subjetividades passíveis de serem concretizadas e concebidas como naturais ou como abjetas, ocupando posições sociais valorativamente distintas. Portanto, não falamos em sujeito (no sentido de entidade autônoma de linguagem) em estudos sobre *ethos*, mas em posições enunciativas/discursivas, as quais sinalizam a delimitação de lugares sociais ocupados a partir dos exercícios de linguagem (o que inclui as performances corporais), os quais são recortados por condições de enunciabilidade. Essas condições também constituem a matriz de inteligibilidade dos corpos ao permitir falar sobre si e autorrepresentar-se dentro de certos limites.

Como dito, as condições de inscrição de imagens generificadas das subjetividades só se realizam por meio do processo de incorporação, condição para a efetivação do *ethos*. Nos termos de Maingueneau (2008b, p.18), a incorporação engloba três procedimentos: (i) “a enunciação confere uma ‘corporalidade’ ao fiador, ela lhe dá corpo”. Isso significa que, historicamente, os lugares discursivos apresentam uma feição que engloba determinados comportamentos éticos e estéticos e que condicionam, ao mesmo tempo, o reconhecimento de sua ocupação (in)devida; (ii) “o destinatário incorpora, assimila um conjunto de esquemas que correspondem a maneira específica de se remeter ao mundo habitando o próprio corpo”. Neste caso, o destinatário é materializado pelo conjunto de interlocutores que compõem a comunidade ou as comunidades em que o sujeito circula, ocupando o papel de avaliador responsável do cumprimento ou não dos esquemas de significação sobre a realidade social e sobre o modo de manifestação da subjetividade. Consequentemente, o terceiro procedimento é a estabilização mínima de uma comunidade de interlocutores reunidos pela aderência ao mesmo discurso (posicionamento sobre a realidade social).

Diante da incorporação às condições de comunicação em cenários comunicativos, as imagens de si generificadas inscrevem-se, por excelência, de maneira negociada. A partir dos lugares ocupados pelos sujeitos em uma cena enunciativa, persiste a avaliação do cumprimento

das performances estéticas e éticas por parte dos sujeitos, a fim de ratificarem os lugares discursivos ocupados. Entram em jogo as dimensões categorial e experiencial de inscrição do *ethos*, em que, a partir da primeira, podemos mapear os papéis discursivos ocupados pelos sujeitos mediante o exercício da palavra, como “animador, contador, pregador”, e, para a segunda, cartografar os elementos sociais e psicológicos que dão sustentação histórica para as imagens estereotipadas (Maingueneau, 2018).

As duas dimensões adquirem maior concretude quando analisadas em cenas enunciativas específicas, indicando os lugares discursivos e o horizonte de expectativas que os enredam. Ainda, a concretude do *ethos* não perde de vista as dimensões do dito e do mostrado, os quais permitem fotografar um recorte cronotópico das disputas de sentido que emergem, dos sentidos calados, ou ainda, dos significados naturalizados e dos que soam estranhos. Resumidamente, como planos de uma mesma moeda, o nível do dito representa a materialidade concreta (oral, escrita ou iconotextual) a partir da qual os sentidos são recortados e que condiciona formas específicas de organização dos textos (Maingueneau, 2018).

De modo geral, uma aproximação entre as teorias de gênero e os estudos em *ethos* pode ser elaborada por meio dos conceitos de sujeito e de subjetividade. Um dos pontos de encontro seria a defesa do pressuposto que os lugares dos sujeitos generificados são lugares discursivos que, assim como lugares mais institucionalizados, demandam um processo de incorporação com performances adequadas às demandas de identidade de gênero. Essas demandas materializam-se, no plano do *ethos*, pelos níveis dito e mostrado, tornando-se mais ou menos evidentes nas comunidades discursivas em que são mobilizadas e que sustentam as posições sociais dos sujeitos. Isso pode ser verificado, sobretudo, pelo cumprimento ou não das performances e pelos lugares assimétricos aos quais os corpos são conduzidos.

#### 4 Os tratamentos conceituais-metodológicos em artigos temáticos

Tendo em vista que nenhum dos artigos que compõem o corpus analisado mobiliza conceitos e/ou autores vinculados às teorias de gênero, analiso os tratamentos dados aos contornos enunciativos que constituem as subjetividades dos sujeitos investigados em cada cenário de pesquisa, bem como as negociações dos efeitos de sentido articulados em cada cena

enunciativa. Metodologicamente, procedi o levantamento de dossiês temáticos publicados entre 2018 e 2022 pelas revistas “Letras de Hoje”, “Cadernos de Estudos Linguísticos” e “Re-Unir”. Do conjunto de arquivos que compunha os dossiês, filtrei aqueles que elegiam lugares generificados, como são os casos das imagens de masculinidade, de deputadas, para citar algumas das posições enunciativas, resultando em um corpus composto por seis artigos. Para isso, organizei as ocorrências em dois blocos, a saber:

- o reconhecimento da historicidade das relações de poder sobre os lugares generificados de enunciação; e
- as negociações das subjetividades (projetar o outro e a si próprio).

A primeira instância recorrente nos artigos avaliados diz respeito aos modos pelos quais os autores delimitam a historicidade das práticas sociais que englobam os processos de constituição dos lugares enunciativos das identidades de gênero. Na pesquisa de López-Muñoz e Gonçalvez (2018), verifica-se os batimentos sobre as formas de significação do corpo feminino diante dos desdobramentos históricos em relação ao masculino: "Em razão da cisão histórica existente entre as proposições feministas e sua luta contra o machismo" (López-Muñoz; Gonçalvez, 2018, p. 340). Mediante a explicitude textual, no nível do dito, há o reconhecimento da elaboração de lugares distintos aos sujeitos encarnados sob o signo do feminino e do masculino. Mais do que isso, a polaridade dos lugares incute o desenvolvimento de imagens de si reivindicativas, as quais são performadas a partir de um lugar de favorecimento (“machismo”) ou de um lugar de reclamação social (“proposições feministas”).

Na mesma direção, as pesquisas de Fonseca (2018) e de Assis (2022) reconhecem que a constituição de uma imagem generificada feminina esbarra na privação de direitos fundamentais, de concessões ambíguas sobre as mobilidades das mulheres. No caso do investimento analítico proposto por Fonseca (2018), sabemos que

Em relação ao backlash, Faludi (2001) considera que a luta pela ampliação dos direitos femininos na sociedade contemporânea obteve seu auge em quatro diversos momentos históricos, todos eles seguidos por tempos de backlash, tempos de tentativas de retrocesso, sempre muito bem divulgados pelas mídias de cada época (Fonseca, 2018, p. 423).

Ao citar Faludi (2001), Fonseca (2018) observa o processo de incorporação do lugar da mulher e seu acometimento pela instabilidade dos momentos históricos, em que se questionam os fundamentos e as bases da necessidade social dos direitos femininos. Quando

concedidos, são colocados à prova constante, sobretudo por mecanismo que transformam em inimigas as sujeitas por reivindicarem seus direitos. O funcionamento de lugares assimétricos, autenticados pela matriz de inteligibilidade de gênero, desdobra-se em processos de tensionamento dos enunciados sobre a subjetividade feminina, seu suposto elemento opositor e suas formas de consolidação em sociedade. Na esteira do pensamento foucaultiano (Foucault, 1988), verificamos, em práticas situadas, a remodelação do dispositivo de biopoder, em que os posicionamentos de resistência são transmutados a uma imagem negativa, como se a maquinária social hegemônica fosse cooptada, de maneira autoritária, pelos interesses de grupos subalternizados.

Uma forma de constatar a complexidade histórica das relações de poder que endossam a constituição das subjetividades femininas pode ser verificada no ambiente das práticas políticas. Assis (2022), ao inquerir sobre as representações de deputadas em uma rede social, constata que

é nítida a importância de ressaltar como o espaço político ainda é hegemônico, visto que o passado segregacionista e patriarcal que rodeia o território nacional ainda não foi totalmente apagado. Logo, expressões como 'política é lugar para homens' ou 'mulher não sabe fazer política' ainda configuram forte violência de gênero na política, mesmo que a maioria dos eleitores do Brasil seja do público feminino (Assis, 2022, p. 86).

Na construção histórica dos lugares políticos persiste um cerne generificado, em que a participação em contextos de decisão sobre o desenvolvimento de um país não caberia ao perfil feminino. A persistência de construções discursivas cristalizadas, materializadas em enunciados como “política é lugar de homem” e “mulher não sabe fazer política”, acabam por arquitetar lugares hierarquizados, delimitando os espaços e as práticas em que os sujeitos podem ou não integrar. No exercício de linguagem, com a tomada de um posicionamento de inferiorização e de desqualificação, constata-se a reiteração de um procedimento discursivo de longo prazo, em que o lugar generificado feminino fica aquém de determinadas práticas sociais.

A dissimetria instaurada entre os lugares generificados é, entre os diferentes métodos de consolidação, elaborada pela representação midiática. Em estudo sobre a representação do corpo feminino adolescente em uma revista juvenil, Souza (2018, p. 434) sinaliza a centralidade do discurso midiático na consolidação de versões unilaterais de subjetividade. Nos termos da autora,

[o] assunto da beleza atravessa os indivíduos, levando a corporeidade a ocupar bastante espaço no debate midiático. É possível recuperar por meio das representações sociais em torno do feminino que os sentidos de beleza, no que tange à construção social dos sujeitos, afetam de modo diferenciado e contundente as imagens de mulher. A construção do corpo feminino adolescente estampa a capa e as páginas da revista, abordando as diversas dimensões e características que constituem a normatização do corpo da mulher na adolescência. Nesse sentido, a dinâmica da beleza é atravessada e (re)significada por diversos gestos que circundam o universo adolescente (Souza, 2018, p. 434).

De acordo com os apontamentos de Souza (2018), somos convidados a pensar acerca das representações do campo midiático sobre o corpo feminino, em que há a instauração de uma “normatização do corpo da mulher na adolescência”. Embora não sinalizada nesses termos, o processo de normatização é resultante do funcionamento de uma matriz de inteligibilidade de gênero (BUTLER, 2019), em que ser uma adolescente significa, antes de tudo, aderir a um conjunto de premissas éticas e estéticas. Esse conjunto, por sua vez, é incorporado nas diferentes instâncias de comunicação por meio da descrição das performances necessárias às sujeitas e, ao mesmo tempo, a imperiosidade de repetição em “diversos gestos que circundam o universo adolescente” (Souza, 2018, p. 434).

O dispositivo de controle das performances de gênero atua de modo diluído, escrutinando os mínimos detalhes dos corpos e das posições institucionais que as mulheres poderiam ocupar. Do ponto de vista dos cuidados de si (Foucault, 1988), Souza (2018, p. 434) identifica a produtividade nos enunciados sobre o corpo feminino e a definição da feminilidade desde a tenra idade, o que dissemina uma imagem modelar e restritiva de sujeito inteligível. Esse sujeito modelar "estampa a capa e as páginas da revista, abordando as diversas dimensões e características que constituem a normatização do corpo da mulher na adolescência" Souza (2018, p. 434).

Em relação aos limites de atuação em campos mais institucionais, Assis (2022) e Brunelli, Verni e Gasparini-Bastos (2019) concordam sobre a dispersão de estereótipos que visam cristalizar territórios aparentemente masculinos, como as esferas política e empresarial. De um lado, nas interações do campo político, parecem circular com maior veemência os textos que demarcam uma lógica de expurgo do corpo feminino das dinâmicas de decisão governamentais, como é o caso em Assis (2022, p. 86), "expressões como 'política é lugar para homens' ou 'mulher não sabe fazer política' ainda configuram forte violência de gênero na política". Ainda,

no âmbito empresarial, essa lógica é consolidada pela distinção salarial e da acessibilidade a determinados cargos.

Portanto, ao inspecionar os gestos de interpretação promovidos pelos pesquisadores, percebemos uma regularidade matizada: a delimitação das relações históricas de poder resgatam o funcionamento e os desdobramentos da matriz de inteligibilidade de gênero. Por um lado, verifica-se que os estudos inquiridos reconhecem o funcionamento de aportes unilaterais dentro da cultura para a confecção de elementos considerados pertencentes a subjetividade feminina. Por outro lado, os textos esbarram na dificuldade de articulação entre os planos mais imediatos de observação das cenas enunciativas e os rastros de historicidade que amparam à disposição dos lugares generificados.

Por meio da mobilização das condições de possibilidade para as subjetividades, o que pode ser dito e/ou manifesto, verificamos os contornos históricos dos sentidos em formas, mais ou menos estáveis, de significação. Acerca das subjetividades generificadas, os limites do dizer estabelecem relação com os enunciados que podem ser manifestos em torno das corporeidades. Esses limites do dizer também se fazem presentes nas observações dos pesquisadores, na medida que observam os modos negociados de constituição das subjetividades de si e dos interlocutores.

Em uma aproximação explícita à noção de *ethos discursivo*, Souza (2018) enfatiza que os lugares de enunciação são encenações estipuladas por normas do convívio social e recuperadas nas trocas comunicativas cotidianas. Como dito, é a mesma leitura que os estudos de gênero fazem do papel performático da linguagem ao incutir um conjunto de determinações sobre as possibilidades de identificação estéticas e comportamentais dos sujeitos, o que garantiria a convergência ao lugar discursivo ocupado durante a enunciação.

Conforme Santos e Haubrich (2018), o lugar de convergência leva em consideração a repetição e a atualização de formas de significação do papel da mulher:

A cenografia encenada pelo enunciador procura criar um contexto de oportunidade e de construção de parceria com o co-enunciador ao enumerar vantagens mediante a adesão às suas dicas. Para tanto, além das ideias, a argumentação é estruturada a fim de construir comprometimento com a leitura, atribuindo à leitora a responsabilidade pelo êxito das ações recomendadas. O ethos prévio assenta-se na proposição de atividades alternativas e que podem ser feitas em casa, o que mantém uma ideia do trabalho doméstico enquanto “bico”, de menor importância do que outras atividades. Também trata da possibilidade de que mulher ganhe seu próprio dinheiro sem ter um emprego fora de casa, o que pode estar relacionado com a

educação/cuidado dos filhos, que deve ser feita por ela. Nesse caso, ainda que o discurso mobilize novos sentidos acerca do espaço da mulher na sociedade, a significação que define seu lugar mantém a teia construída socialmente (GEERTZ, 2008) (Santos; Haubrich, 2018, p. 417).

Em cada contexto de comunicação, os papéis enunciativos ocupados são atravessados pelas possibilidades de réplica dos enunciados historicamente instituídos, o que, no quadro teórico de Maingueneau (2008a), é inscrito como o funcionamento dos estereótipos incrustados no *ethos* prévio. Além das determinações, os sujeitos ocupantes dos lugares discursivos também podem reelaborar as formas de significação de suas subjetividades, em que é instaurado um “contexto de oportunidade e de construção de parceria” (Santos; Haubrich, 2018, p. 417). No caso da pesquisa de Santos e Haubrich (2018), presenciamos o reconhecimento de um *ethos* pré-discursivo pautado na abertura das fronteiras sobre os papéis atribuídos ao feminino, em que se criam “atividades alternativas”, o que, na visão das autoras, inscreveria “novos sentidos acerca dos passos da mulher” (Santos; Haubrich, 2018, p. 417).

A constatação de uma zona de abertura para a atuação social e política da mulher apresenta-se como pertinente, embora o funcionamento do dispositivo de gênero não seja reconhecido em suas manobras de atualização. Na esteira do pensamento de Michel Foucault (2019), os dispositivos de controle das subjetividades não deixam de existir a partir do momento em que há uma atualização das formas de significação sobre os lugares sociais ocupados pelos sujeitos, pois, na verdade, o que ocorre é a remodelação dos instrumentos e das dimensões enunciativas a partir das quais as formas de controle e regulação dos corpos se desenvolvem.

Neste caso, o que fica ausente na elucidação da cena enunciativa investigada é a percepção dos modos de remodelação do dispositivo de gênero, a fim de entender a procedência das condições enunciativas a partir das quais emerge um posicionamento que aparentemente defende lugares outros ao sujeito feminino. Essas hierarquias, por sua vez, adquirem materialidade a partir do momento em que são incorporadas pelos interlocutores nos espaços de comunicação que ocupam. Isso significa, em termos discursivos, a necessidade de projeção e negociação mínima de uma imagem de si e do outro nas cenas enunciativas.

Essas predicações em torno da subjetividade feminina também são apresentadas na pesquisa de Brunelli, Verni e Gasparini-Bastos (2019). No intento de analisar a construção do

*ethos* de aconselhamento em finanças a partir da obra “Mulheres boazinhas não enriquecem”, de Louise P. Frankel, as autoras constatam que

... na obra em análise, combate-se a imagem da 'mulher boazinha', aquela cujo papel gira em torno das relações afetivas e que é presa aos padrões antigos; essa mulher, que é boa, acolhedora e cooperativa, não pensa em si própria e se sente pouco à vontade para falar de dinheiro. Por outro lado, valoriza-se a imagem da 'mulher adulta': trata-se de uma mulher que não se deixa levar pelas próprias emoções; é inteligente, reflexiva, assertiva, focada e capaz de adquirir riqueza sem medo de arriscar e de investir. Considerando-se essa imagem da mulher boazinha, o tom autoritário, objetivo e assertivo da enunciadora do discurso de autoajuda pode ser considerado como uma espécie de contraponto à atitude passiva que parece caracterizar essa imagem de 'mulher boazinha' (Brunelli; Verni; Gasparini-Bastos, 2019, p. 14).

A estruturação de uma instância de validade para o lugar discursivo ocupado pela escritora e pelo que é dito por ela relacionam-se ao tipo de discurso (financeiro), ao gênero discursivo em que os enunciados emergem (um livro de autoajuda financeira) e as compatibilidades mitigadas pela imagem de uma escritora, orientadora de outras mulheres. Essas dimensões garantem o êxito da dimensão axiológica a ser deliberada pela autora, da visão de subjetividade a ser exercida no conjunto da prática para melhorar a vida financeira de mulheres. Para isso, manifesta-se a persistência de uma matriz de inteligibilidade calcada em pares binários: só há possibilidade de ser mulher na medida em que há o abandono da imagem de “mulher boazinha” e a adesão ao comportamento de uma “mulher adulta”. Consequentemente, para ser reconhecida como mulher no conjunto das práticas de educação financeira, é preciso aderir a um conjunto estereotipado de performances, em que as leitoras do texto só podem ser

... boa, acolhedora e cooperativa, não pensa em si própria e se sente pouco à vontade para falar de dinheiro (...) (ou) trata-se de uma mulher que não se deixa levar pelas próprias emoções; é inteligente, reflexiva, assertiva, focada e capaz de adquirir riqueza sem medo de arriscar e de investir (Brunelli; Verni; Gasparini-Bastos, 2019, p. 14).

Não somente a construção da subjetividade feminina, mas também a subjetividade masculina é instituída em seu valor de autoridade a partir da construção de si e do outro. De forma similar ao fenômeno de *backlash* (Fonseca, 2018), a pesquisa de López-Muñoz e Gonçalvez (2018) sobre o *ethos* de masculinidade na página on-line “Voice for Men: Brasil” também relata um mecanismo de inferiorização e de demonização da feminilidade, em que a

subjetividade feminina é apresentada como inimigo da masculinidade e justifica a própria emergência de subjetividade masculina. Nos termos de López-Muñoz e Gonçalvez (2018):

Mesmo que não tenha sido usada a palavra em si – Masculinismo –, o ethos discursivo que se projeta é o de combate à “ingerência feminista”. No texto, vemos que é projetada nesse ethos a relação feminista = misandria, fomentando o conteúdo implícito de que quem é feminista cultiva o ódio ao masculino. Esse ato leva à criação de uma identidade tanto para o grupo que veicula conteúdo na VfM quanto para as feministas. Em assim sendo, sublinha a tensão existente entre ambos, demarcando posicionamentos binários (López-Muñoz; Gonçalvez, 2018, p. 346).

Uma das principais constatações dos autores é o mapeamento da estrutura argumentativa utilizada pela página on-line, em que a imagem da subjetividade feminina é orquestrada a partir de referências históricas de invalidação: o corpo e a subjetividade feminina são associados a ingerência e a misandria. Somente com a construção de um par positivo, é possível a emergência da subjetividade masculina, em que o tensionamento das zonas de significação positivas ou negativas sobre as subjetividades é o palco a partir do qual se desdobram as lógicas de pertencimento e de disputa de poder em diferentes práticas sociais. As identidades, nesse cenário, só emergem por conta da existência de um grupo oposto, ambos caracterizados por posturas éticas singulares.

Na averiguação do conjunto de constatações elaboradas pelas pesquisas supracitadas, é possível tecer alguns comentários sobre os alcances e as limitações das análises, com os quais concluímos este percurso investigativo.

## 5 Conclusão

O ponto de partida desta pesquisa foi o estranhamento gerado pelo posicionamento de Dominique Maingueneau (2020) em um texto recente sobre os contornos da noção de *ethos*. Um cenário de desenvolvimentos críticos em direção às questões de gênero e a colocação de uma linha divisória disciplinar impuseram a necessidade de averiguar os modos de tratamento às questões de gênero, como as subjetividades são abordadas no aparato conceitual-metodológico da noção de *ethos*. Para essa averiguação, reunimos seis artigos em língua portuguesa, distribuídos em três dossiês temáticos sobre o conceito, constatando, no âmbito das relações de composição da subjetividade, (i) o reconhecimento da historicidade das relações de poder sobre os lugares generificados de enunciação (ii) e as negociações das subjetividades na projeção de si e do Outro.

Dentre os artigos avaliados, observamos a regularidade de escolha entre *ethos* categorial ou experiencial como aporte para a delimitação dos lugares enunciativos ocupados pelos sujeitos. Deputadas, o lugar do masculino, entre outros, exemplificam a historicidade de sentidos que atravessam as colocações hierárquicas entre as subjetividades em sociedade. Essa historicidade é retomada por meio da constatação de lugares diametralmente opostos para as subjetividades masculinas e femininas, bem como os desdobramentos em torno das dificuldades de mobilidade social e agência política.

Em *sites*, redes sociais ou revistas, recupera-se um sistema de projeção em que há a estipulação de um conjunto de traços estéticos e éticos que deverão compor as performances das mulheres e, simultaneamente, a resistência, o questionamento ou a ambiguidade dos modos de dizer evidenciam as arbitrariedades a partir das quais se assentam as negociações de sentido em torno da subjetividade. Essa simultaneidade descortina a manifestação plural das imagens de si, uma vez que as imagens variadas de perfis de deputadas admitem a pluralidade e a heterogeneidade como condições iniciais a partir das quais os lugares de enunciação são constituídos.

É preciso também pontuar certas limitações verificadas no curso das análises, as quais podem ser auxiliadas pelas contribuições dos estudos de gênero. Em primeiro lugar, os enunciados que compõem a historicidade dos lugares generificados são dispostos em segundo plano, somente como uma justificativa para abordagem do objeto de linguagem, mas sem levar em consideração a dimensão constituinte dos valores sobre as subjetividades no conjunto das práticas sociais. Isso pode ser visto pela delimitação dos lugares institucionalizados, em que prevalece a eleição de *ethé* categoriais (lugares sociais), em práticas discursivas mais institucionalizadas, mais próximas da vida pública e distanciadas da vida privada, de acordo com o recorte de Maingueneau (2020).

Em segundo lugar, as constatações sobre o caráter negociado da linguagem na elaboração das subjetividades encenadas plaina de um modo superficial entre a historicidade dos discursos analisados e as cenas enunciativas elegidas. As pesquisas avaliadas demonstram a limitação que o conceito de *ethos* exibe ao trabalhar, a partir da concepção de estereótipo, como a leitura determinística de enunciados, que apaga os movimentos de sentido no curso da história e dificulta a percepção da heterogeneidade das performances de gênero em lugares

discursivos em constante (re)elaboração. Consequentemente, esses limites esbarram nos contornos a partir dos quais as performances ainda não são associadas aos contextos de interação e aos gêneros discursivos como elementos suplementares da construção das imagens de si.

A dificuldade de manejo entre as particularidades de elaboração das subjetividades generificadas em lugares discursivos de reprodução, de reinvenção ou de rearranjos embarga uma leitura do *ethos* como um conceito plural. Ao eleger um *ethos* como recorte de pesquisa, é preciso sempre relembrar que a dimensão estável da imagem de si elegida é uma decisão didática dos procedimentos de pesquisa, mas que persiste a pluralidade dos enunciadores e as possibilidades de inscrição de lugares de enunciação. Essa heterogeneidade manifesta-se, por um lado, pela seletividade dos enunciados que se concretizam em determinada cena enunciativa, e, por outro, pela possibilidade de elaboração de encaminhamentos outros aos lugares sociais para os sujeitos.

## Referências

AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

ASSIS, Denise de Souza. Mulheres, política e mídia: o ethos de deputadas da contemporaneidade em tweets sobre o 7 setembro de 2021. **RE-UNIR**, v. 9, n. 2, p. 89-102, 2022. <https://doi.org/10.47209/2594-4916.v.9.n.2.p.84-102>

BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cadernos Pagu**, v.43, n.1, p. 441-474, 2014.  
<https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430441>

BRUNELLI, Anna Flora; VERNI, Rafaela de Paula; GASPARINI-BASTOS, Sandra Denise. Modalidade, ethos e estereótipos nos aconselhamentos sobre finanças para mulheres. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v.61, p.1-19, 2019. <https://doi.org/10.20396/cel.v61i0.8655021>

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CRUZ, Marcos. **Corpo, virilidade e desejo**: o ethos discursivo de masculinidade em anúncios de garotos de programa no Grindr. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, 2022.

CRUZ, Marcos. Corpo, virilidade e desejo: agenciamentos enunciativos em duas cenas da prostituição masculina brasileira. **Caminhos em Linguística Aplicada**, p.45-64, v.68, n.2, 2023.

FONSECA, Elaine C. O backlash e a construção do ethos discursivo da mulher. **Letras de hoje**, v.53, n.3, p.422-429, 2018. <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2018.3.30924>

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: o nascimento das prisões. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

LÓPEZ-MUÑOZ, Juan Manuel; GONÇALVES, Tamiris Machado. Ethos e cenografia da Voice for Men - Brasil: uma exploração do discurso intimidatório na internet. **Letras de Hoje**, v.53, n.3, p.340-351, 2018. <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2018.3.32918>

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 541–553, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. 2 ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Unicamp, 1993. <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2018.3.32914>

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. **Ethos Discursivo**. 2 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008b. Cap.1, p.11-29.

MAINGUENEAU, Dominique. Retorno crítico à noção de ethos. **Letras de hoje**, v.53, n.3, p.321-330, 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. **Variações sobre ethos**. São Paulo: Parábola, 2020.

PRECIADO, P. B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

SANTOS, Eliane D. dos; HAUBRICH, Gislane Feiten. Portal Redes Mulheres Empreendedoras: empreendedoras, cultura e imagens de si. **Letras de hoje**, v.53, n.3, p.412-421, 2018. <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2018.3.30670>

SOUZA, Luana Ferreira de. Corpo e moda com glamour: imagens sobre a adolescência. **Letras de Hoje**, v.53, n.3, p.430-439, 2018. <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2018.3.30701>